

Darwin. O Príncipe Kropotkin estava positivamente certo ao notar que a ajuda mútua entre indivíduos de uma comunidade cooperativa é o conceito dominante, ao passo que a luta entre indivíduos por sua sobrevivência não pode ser aplicada a sociedades humanas como um todo. Não poderíamos, inteligentemente e com alguma possibilidade de prova documental, aplicar o conceito de luta pela vida a comunidades primitivas; pelo menos não no sentido de presumir um estado de guerra permanente, de extermínio dos grupos mais fracos e de expansão dos mais fortes às custas dos derrotados ou destruídos. Podemos, todavia, aplicar o conceito de valor de sobrevivência a culturas. Isso provavelmente não se acasalaria aqui com qualquer conceito de luta, mas antes com o de competição, dentro de culturas e entre culturas. Poderíamos afirmar que o fracasso dentro de qualquer cultura no tocante à eficiência instrumental, artefatos, cooperação ou exatidão simbólica conduziria inevitavelmente à extinção gradual de toda a aparelhagem cultural.

Poderíamos acrescentar que o conceito de difusão por contato é muito útil aqui. Uma cultura decadente significaria redução no número de seus membros, uma incapacidade de adaptação e um parcial retômo do estado cultural para o estado animal. Todavia, uma vez que a cultura provavelmente se desenvolveu simultaneamente entre vários grupos, poderíamos presumir que a decadência de uma cultura poderia ser remediada ou pela incorporação do grupo decadente à cultura mais eficiente, ou por troca ou adoção, em suma, a difusão de certos instrumentos do nível mais elevado para o nível mais baixo de cultura. Seja lá como for — e aqui, como sempre, evitamos quaisquer visões reconstitutivas demasiado concretas e específicas — o princípio de que certas eficiências organicamente determinadas da aparelhagem cultural podem ser colocadas como os fatores determinantes de sua estabilidade, vitalidade, oportunidades de organização e desenvolvimento deve ser considerado como a base do tratamento funcional da cultura, como o sistema em gradual desenvolvimento de adaptações adequadas do organismo humano e de grupos para a satisfação de necessidades básicas e para a gradual elevação do padrão de vida dentro de um ambiente dado.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

## A TEORIA FUNCIONAL

## CAPÍTULO I

### *Embriologia e Obstétrica*

O FUNCIONALISMO como método é tão velho quanto os primeiros movimentos de interesse pelas culturas exóticas, por isso supostamente consideradas selvagens ou bárbaras, quer o interesse tivesse vindo de um historiador grego como Heródoto, de um enciclopedista francês como Montesquieu, ou de um romântico alemão como Herder. Qualquer pequena contri-  
buição que eu possa ter feito consiste em ter escrito ou colocado o rótulo de funcionalismo num corpo existente de doutrina, método e interesse, e, mesmo ao fazer isso, referi-me em meu artigo inicial sobre o assunto a não menos de vinte e sete pre-  
cursores. Dêsse modo, talvez, tenha atuado como parteiro e padrinho do mais jovem recém-nascido na ninhada de escolas antropológicas e continuei a professar na *maientike techné* (arte obstétrica) ao treinar jovens estudiosos do assunto pelas tra-  
dições de um grande mestre, que gostava de descrever sua arte como a de uma parteira. Houve um outro grande professor que forneceu o lema do funcionalismo: "por seus frutos vós o conhecereis".

O funcionalismo, no que diz respeito a sua presença em toda abordagem antropológica, ocupa-se da compreensão clara da natureza dos fenômenos culturais, antes que estes sejam submetidos a manipulações especulativas posteriores. Qual é a natureza, a realidade cultural do casamento humano e da família, de um sistema político, uma empresa econômica ou um processo legal? Como podem estes fatos ser tratados indu-  
tivamente de maneira a produzir generalizações científicas válidas? Há algum esquema universal aplicável a todas as culturas humanas, que possa ser útil como uma orientação para o pesquisador de campo e como um sistema de coordenadas

em estudo comparativo, quer histórico, evolucionário ou que simplesmente vise às leis gerais de correspondência?

Quando E. B. Tylor investigou, no começo de seu grande trabalho *Primitive Culture*, o que era religião, no sentido mais amplo da expressão, ou, em suas próprias palavras, quando tentou uma "definição mínima" deste assunto, foi um legítimo funcionalista. Foi-o também Robertson Smith, quando reconheceu que a dimensão sociológica era indispensável para uma compreensão da fé primitiva. Sumner, novamente, em suas tentativas de análise e classificação de normas primitivas de comportamento, representa um interesse funcional inicial. A discussão de Durkheim do tipo primitivo de divisão de trabalho social, e sua análise de religião e magia, estão dentro da esfera de ação do método funcional. O famoso trabalho pelo qual Tylor procurou correlacionar vários aspectos do parentesco primitivo e da vida econômica primitiva; a definição de K. Bücher da economia primitiva e da relação entre trabalho e canção rítmica; a obra de Hutton Webster e H. Schurtz sobre grupos de idade, sociedades sagradas e associações voluntárias de homens, e a relação desses grupos com a estrutura política, religiosa e econômica da comunidade — tôdas essas contribuições são funcionais. Poderíamos acrescentar que os tipos mais remotos de pesquisa-de-campo efetiva, tais como os trabalhos de Charlevoix, Dobritzhofer, Sahagun ou Dapper, eram também funcionais porque continham uma apreciação não apenas de fatos isolados, mas das relações e vínculos essenciais.

Alguns princípios funcionais devem ser consubstanciados em todo tratamento teórico de fenômenos culturais, assim como também em toda monografia sobre pesquisa-de-campo. Todavia, para não ser acusado de benevolência indiscriminada e eclétismo frouxo apresso-me a acrescentar que tendências não-funcionais assim como antifuncionais existem na Antropologia. O pesquisador de campo que busca apenas o exótico e o pitoresco é um exemplo. O evolucionista, desenvolvendo uma teoria do casamento e da família, mas indiferente a qualquer distinção clara entre casamento, mera conjugação sexual e uma ligação temporária, é um outro caso ilustrativo. A seleção de um fenômeno tal como o sistema de classificação de termos de parentesco e seu tratamento como uma sobrevivência, um registro do que foi mas não existe mais, mostra como, por negli-

genciar a análise funcional de fenômenos lingüísticos vitais, Morgan desorientou durante gerações a pesquisa antropológica. Graebner, novamente, improvisando análises falsas ou pueris da cultura a fim de lançar o alicerce do que êle considerava um difusionismo universal à prova de erros, criou uma abordagem antifuncional de uma imbecilidade de primeira classe. Presume êle em primeiro lugar que é possível isolar elementos singulares de seu contexto cultural. Define, então, forma como completamente desligada de função. Na verdade, para êle importam apenas aquelas qualidades da forma de um objeto, o que não está ligado a seus usos e fins. Por isso, para Graebner, sômente são características metodologicamente relevantes as que se demonstrar serem culturalmente irrelevantes.

Além disso, êle inclui o conceito complexo de traços como um sortimento de itens desconexos. Afirimo que a forma é sempre determinada pela função, e que até onde não podemos demonstrar tal determinismo, os elementos da forma não podem ser usados numa argumentação científica. Afirimo também que o conceito de itens desconexos, num tipo de realidade em que não podemos introduzir elementos intrinsecamente relacionados um com o outro, é inútil.

outro tipo de simbolismo. Os artefatos, os grupos organizados e o simbolismo são três dimensões do processo cultural que estão intimamente relacionadas. Qual é o tipo dessa relação?

Examinando primeiro a aparelhagem material da cultura, podemos dizer que cada artefato é ou um implemento ou ainda um objeto de uso mais direto, isto é, pertencente à classe dos bens de consumo. Num caso ou no outro, as circunstâncias assim como a forma são correlacionadas.

A relação nos conduz imediatamente ao elemento humano, pois o artefato tem de ser comido, usado ou de outro modo destruído; ou então é produzido a fim de ser usado como uma ferramenta. O meio social é sempre um homem ou um grupo manuseando seus implementos num empreendimento técnico, econômico; utilizando uma casa conjuntamente, consumindo o alimento que produziram ou colheram e prepararam. Na realidade, nenhum item isolado de cultura material pode ser compreendido por referência a um único indivíduo; pois onde quer que não haja cooperação, e esses casos são difíceis de encontrar, há pelo menos a única cooperação essencial que consiste na continuidade da tradição. O indivíduo tem de adquirir sua habilidade pessoal e reconhecimento por trás dela de um membro da comunidade já familiarizado com ofícios, técnicas e informação; e tem também de receber ou herdar o seu equipamento material.

Que é forma e que é função nas realidades sociológicas? Tomemos uma relação de sangue, contigüidade ou contrato: temos no caso duas ou mais pessoas que se comportam umas com as outras de maneira padronizada, e que assim procedem invariavelmente com referência a alguma parte do ambiente culturalmente definido, e com referência a alguns negócios em que coisas são trocadas, objetos manipulados, e coordenados os movimentos corporais. A forma da realidade sociológica não é uma ficção ou abstração. É um tipo concreto de comportamento característico de qualquer relação social.

Da mesma maneira que o físico ou o químico observam os movimentos dos corpos, as reações de substâncias ou modificações no campo eletromagnético e registram o comportamento recorrente típico de matéria, força e energia; do mesmo modo, também, o pesquisador de campo tem de lidar com situa-

### *Axiomas Gerais do Funcionalismo*

**P**ARECE-ME que toda experiência no campo assim como o exame das manifestações realmente importantes do comportamento humano organizado demonstram a validade dos seguintes axiomas:

A. A cultura é essencialmente uma aparelhagem instrumental pela qual o homem é colocado numa posição melhor para lidar com os problemas específicos concretos que se lhe deparam em seu ambiente, no curso da satisfação de suas necessidades.

B. É um sistema de objetos, atividades e atitudes, no qual cada parte existe como um meio para um fim.

C. É uma integral na qual os vários elementos são interdependentes.

D. Essas atividades, atitudes e objetos são organizados em torno de tarefas importantes e vitais, em instituições tais como a família, o clã, a comunidade local, a tribo e as equipes organizadas de cooperação econômica, política, legal e atividade educacional.

E. Do ponto-de-vista dinâmico, ou seja, no tocante ao tipo de atividade, a cultura pode ser analisada numa série de aspectos tais como educação, controle social, economia, sistemas de conhecimento, crença e moralidade, e também modos de expressão criadora e artística.

O processo cultural, encarado em qualquer de suas manifestações, sempre abrange seres humanos que mantêm relações definidas uns com os outros, ou seja, são organizados, manuseiam artefatos e comunicam-se entre si pela palavra ou

ções e atividades que se repetem, e registrar seus cânones ou padrões. Poderíamos imaginar uma série de filmes cinematográficos sobre comportamento de pais e mães mostrando a tecnologia do cuidar de crianças, de enfeitados, e o adestramento, o ritual, assim como as fases diárias em que os sentimentos entre pai, mãe e filhos são expressos e padronizados. Quando tratássemos de comportamentos rigidamente definidos, tais como em cerimônias religiosas, transações legais, rituais de magia e uma operação tecnológica, um filme sonoro conjugado fornecer-nos-ia uma definição objetiva da forma da realidade sociológica.

Podemos aqui sublinhar o primeiro ponto teórico: que numa tal apresentação objetiva da dimensão sociológica nenhuma linha de demarcação pode ser traçada entre forma e função. A função das relações conjugais e da paternidade é obviamente o processo de reprodução culturalmente definido. A forma em qualquer cultura específica é a maneira pela qual isso é feito, e que difere na técnica de obstetrícia, no ritual da "couvade" e modos de reclusão e tabus dos pais, nos rituais de batismo e na manutenção do recém-nascido protegido, abrigado, enroupado, limpo e nutrido.

O segundo ponto teórico é que é impossível isolar o aspecto material do comportamento social ou desenvolver uma análise social completamente desligada de aspectos simbólicos, e também que as três dimensões da realidade cultural entram em cada etapa do processo. Um filme silencioso contaria apenas parte da documentação, tais como o simbolismo em gestulação ritual, em instrumentos sacramentais ou em sinais significativos e movimentos convencionais executados pelos participantes. O mais importante aspecto do simbolismo, naturalmente, é verbal, e no caso sabemos que muito do comentário colateral, não necessariamente contido no desempenho mesmo, constitui uma documentação adicional indispensável ao pesquisador de campo.

Qual é a relação entre forma e função no simbolismo? Se destacássemos a mera realidade fonética da palavra, ou qualquer outra característica puramente convencional de um símbolo material de um gesto, poderia parecer que o vínculo entre forma e função é apenas artificial; e uma vez que o simbolismo

em sua própria essência não é senão o aperfeiçoamento de atos convencionais para a coordenação do comportamento humano pactuado, a relação entre forma e função é no caso definitivamente artificial ou convencional. O símbolo é o estímulo condicionado, que é ligado a uma resposta no comportamento apenas pelo processo de condicionamento. Mas em cada peça da pesquisa-de-campo esse processo deve ser parte integrante de pesquisa válida. O contexto da situação formativa, por outro lado, sempre revela a relação entre a função de um ato simbólico, verbal ou manual, e certos processos físicos ligados por causalidade biológica.

A forma no simbolismo, por conseguinte, não me parece uma palavra arrancada de seu contexto, um gesto fotografado, ou um implemento colocado em um museu, mas um item que estudado dinamicamente revela desempenhar um papel como um catalisador de atividades humanas, um estímulo que libera respostas num reflexo encadeado, num tipo de emoção ou num processo de cerebração. Na forma de uma ordem militar, "fogo!" é um desempenho como um todo, mais especialmente o comportamento em resposta à ordem, o comportamento social, coordenado como foi liberado pelo estímulo convencional. Pôsto que o caráter *dinâmico* do estímulo está na resposta, a palavra "fogo" escrita num pedaço de papel e descoberta no ano 3.000 de nossa era nada significaria. Isso não é realidade cultural.

Demonstramos assim que a totalidade de um processo cultural abrangendo o substrato material da cultura, isto é, artefatos; vínculos sociais humanos, ou seja, modos padronizados de comportamento; e atos simbólicos, ou, por outra, as influências de um organismo sobre outro por intermédio de estímulos-reflexos condicionados; é uma totalidade que não podemos eliminar isolando objetos de cultura material, pura sociologia ou linguagem como um sistema contido em si mesmo.

Se nos voltássemos para outra atividade, a da produção e manutenção do fogo, uma vez mais poderíamos referi-la aos seus usos primários em cozinhar e conservar a temperatura do meio ambiente, assim como um implemento em certos processos técnicos. Uma diversidade de atitudes, religiosas e seculares, legais e técnicas, que se centram em torno do fogo, da fogueira, da chama sagrada, podem todas elas ser relacionadas às suas principais funções biológicas.

Tomemos a moradia humana. É um objeto físico, uma construção de toros ou galhos de madeira, de peles de animais, neve ou pedra. Tendo forma, todavia, a tecnologia de sua estrutura, assim como suas divisões, partes componentes e móveis, são relacionados aos usos domésticos que estão ligados ao domicílio, ao grupo familiar, seus dependentes e criados. Uma vez mais, no caso, a função global do objeto deve ser conservada em mente ao estudar as várias fases de sua construção tecnológica assim como os elementos de sua estrutura.

Que é a função de termos de parentesco, primários e derivados, individuais e coletivos, descritivos e de classificação? Eu acredito que, neste caso, o estudo da situação inicial de parentesco, ou seja, o pequeno grupo que rodeia o recém-nascido e incluindo-o como aquisição sociológica, a comunidade, revelaria que a função inicial de termos de parentesco é fornecer ao recém-nascido o controle sociológico de seu meio ambiente através da fala articulada. Isso incidentalmente implica a asserção de que o contexto da situação formativa nestes símbolos lingüísticos e na linguagem humana em geral é essencialmente sociológico e também individual. As significações não-individuais ou classificatórias de termos de parentesco são adquiridas através de uma série de extensões consecutivas. A abordagem funcional deste fenômeno, por conseguinte, implica que todos esses contextos, nos quais o aspecto simbólico do parentesco é sucessivamente elaborado, serão estudados recorrendo-se à lingüística, comportamento social e ambiente material. Quando dizemos comportamento social, aludimos a normas legais, serviços e qualquer ritual que acompanhe os estágios de desenvolvimento de qualquer indivíduo desde a infância até se tornar membro do mais amplo grupo de parentes, o clã, e a tribo. Seria fácil mostrar que vários

### *Definição de Função*

ESTA análise nos permitirá definir o conceito de função com maior precisão. É claro que temos de abordá-lo através dos conceitos de uso ou utilidade e relação.

Em todas as atividades verificamos que o uso de um objeto como parte de um comportamento técnico, legal ou ritualmente determinado leva os seres humanos à satisfação de alguma necessidade. Os frutos ou raízes são apanhados, o peixe é pescado, os animais são caçados ou apanhados em armadilhas, o gado é ordenhado ou abatido, de modo a fornecer as matérias-primas para a despensa humana. Esses alimentos são temperados, preparados e cozidos de modo a virem para a mesa. Tudo isso culmina numa refeição individual ou comunal. A necessidade de nutrição controla uma multiplicidade extrema de processos. É um lugar-comum dizer que a humanidade progride sobre o estômago, que se pode conservar a multidão satisfeita dando-lhe pão assim como circo, e que o fator materialista do suprimento satisfatório de alimentos é um dos determinantes da história e da evolução humanas. O funcionalista acrescenta apenas que os motivos que controlam as partes deste processo e que se disseminaram na paixão pela lavoura e pela caça, no interesse ou cobiça por troca e comercialização adequadas, nos impulsos de generosidade e munificência, devem ser totalmente analisados com referência à principal tendência: a da fome. A função integral de todo o processo que constitui o provisãoamento cultural de uma comunidade é a satisfação da necessidade primária biológica da nutrição.

objetos materiais geralmente chamados "moeda", "dinheiro" ou "riqueza simbólica" teriam de ser estudados também dentro do contexto dos sistemas de troca, produção e consumo. E o mesmo diz respeito ao estudo de uma fórmula ou gesto mágico, que uma vez mais não devem ser arrebatados de seu contexto, mas relacionados a sua função.

## CAPÍTULO IV X

### Breve Análise do Funcionalismo

ENSINO persistente da experiência da pesquisa-de-campo, assim como qualquer peça de investigação teórica, comparada, guia e inevitavelmente tem guiado o antropólogo para a compreensão de que os fenômenos culturais são relacionados entre si. Os vínculos entre um objeto e os seres humanos que o usam, entre a técnica, individual e social, e a propriedade legal, assim como também a economia de produção, a relação entre a moradia humana e os membros da família que a ocupam, são tão óbvios que nunca foram completamente examinados nem ainda claramente vistos! Pois, proverbialmente, nada é mais difícil de ver do que o óbvio. Se o funcionalismo fôsse simplesmente a tendência para considerar "como entrelaçadas as atitudes mágicas e econômicas", para compreender que elas fazem parte da estrutura social e que devemos correlacioná-las mais e mais, este seria na verdade um deslize teórico em direção ao totalitarismo científico de que ele tem sido freqüentemente acusado. Não há dúvida também que em ciência tanto devemos isolar como fazer relações. O funcionalismo nos conduziria ao lodçal de relacionar e contra-relacionar objetos se não pudéssemos apontar alguns isolados ou unidades que contêm os limites naturais de coordenação e correlação. Eu sugiro que tais isolados naturais existem, e que deveriam tornar-se o alicerce de qualquer análise cultural profunda.

A unidade funcional que chamei de Instituição difere de complexo de cultura ou complexo de traços, quando definido como "composto de elementos que não se situam em qualquer relação necessária uns para com os outros", no que ele postula essa relação como necessária. Com efeito, a unidade funcional é concreta, ou seja, pode ser observada como um agrupamento

social definido. Tem uma estrutura universalmente válida para todos os tipos de unidades, e é uma unidade real enquanto não pudermos enumerar seus fatores abstratos, bem como traçar concretamente uma linha em torno dela. O funcionalismo não teria a pretensão legítima de tratar da cultura em seus aspectos fundamentais, como os educacionais, legais, econômicos ou pertinentes ao conhecimento, primitivo ou adiantado, e religião, a menos que fôssemos capazes de analisar e em consequência definir, cada um deles, e relacioná-los às necessidades biológicas do organismo humano.

O funcionalismo não seria tão funcional afinal de contas, a menos pudesse definir o conceito de função não apenas com expressões fluentes tais como "a contribuição que uma atividade parcial faz para a atividade total da qual ela é parte", mas por uma referência muito mais definida e concreta ao que realmente ocorre e que pode ser observado. Como veremos, tal definição é fornecida por mostrar que as instituições humanas, assim como as atividades parciais dentro delas, são relacionadas com as necessidades primárias, isto é, biológicas, ou derivadas, isto é, culturais. A função sempre significa, por conseguinte, a satisfação de uma necessidade, do mais simples ato de comer à ação sacramental na qual comungar está relacionado a todo um sistema de crenças determinado por uma necessidade cultural de unificação com o Deus vivo.

## CAPÍTULO V

### *As Unidades Legítimas da Análise Cultural*

**A** CREDITO que se tomarmos qualquer traço da cultura material, ou selecionarmos qualquer costume, isto é, maneira de comportamento padronizado, ou qualquer idéia, poderemos colocá-lo dentro de um ou mais sistemas de atividade humana. Dêste modo, se nos deparássemos por acaso com um grupo de nativos fazendo fogo por fricção, êsse ato poderia ser o de acender uma fogueira doméstica para cozinhar ou aquecer, ou exatamente o instituir do primeiro acender de lareira. Num caso ou no outro, o fogo assim acendido seria uma parte integrante da instituição doméstica, mas poderia ser também uma fogueira de acampamento, parte de uma caçada ou pescaria, ou de uma expedição de comércio organizadas. Poderia ser também uma brincadeira de criança. Como um simples processo tecnológico, fazer fogo tem também sua tradição de conhecimento, perícia, e em muitos casos de cooperação organizada. Se fôssemos estudá-lo ou como um desempenho manual, ou no processo de tradicional continuidade do desempenho, teríamos também de relacioná-lo a um grupo organizado de pessoas ligadas à transmissão dêste tipo de atividade.

Um implemento, além disso, tem um fim, uma técnica e pode sempre ser referido ao grupo organizado, à família, ao clã, ou à tribo, dentro do qual a técnica é cultivada e consubstanciada numa enunciação de regras técnicas. Uma palavra, ou tipos de palavras, tais como uma terminologia de parentesco, as expressões sociológicas para posição (*rank*), autoridade e processo legal, têm também sua matriz de organização, de equipamento organizado e de fim elementar, sem o qual grupo algum é organizado. Fôssemos tomar qualquer costume, ou seja, forma padronizada de comportamento, êle seria uma



habilidade, um modo de comportamento fisiológico no comer, dormir, transportar ou caçar, ou até poderia expressar diretamente ou simbolicamente uma atitude sociológica. Em qualquer caso, isso se enquadraria sempre num sistema organizado de atividades. Eu desafiaria o leitor a mencionar qualquer objeto, atividade, símbolo ou tipo de organização que não pudesse ser colocado dentro de uma instituição ou de outra, embora alguns objetos pertençam a várias instituições, desempenhando papéis específicos em cada uma delas.

## CAPÍTULO VI

### *A Estrutura de uma Instituição*

PARA ser concreto, devo em primeiro lugar dizer que é possível elaborar uma lista de tipos. Assim, por exemplo, a família, um grupo de parentesco extenso, um clã ou uma metade,\* constitui um tipo. Estão todos ligados pelos modos estatuídos e legalizados da reprodução humana. O estatuto sempre corresponde a um desejo, a um conjunto de motivos, a um objetivo comum, consubstanciado na tradição ou concedido pela autoridade tradicional. No casamento, o estatuto, ou seja, o corpo de regras constitucionais, consiste na lei de casamento e descendência, ambos intrinsecamente relacionados. Todos os princípios pelos quais se define a legitimidade da prole, a constituição da família, isto é, o grupo reprodutivo direto enunciando as normas específicas de cooperação — tudo isso constitui o estatuto da família. O estatuto varia de comunidade para comunidade, mas é uma peça de conhecimento que pode ser obtida em pesquisa-de-campo e que define a instituição doméstica em cada cultura. Independente de tal sistema de regras fundamentais ou constitucionais, devemos ainda conhecer melhor o pessoal, ou seja, os membros do grupo, a sede da autoridade e a definição das funções dentro da unidade doméstica. As regras específicas, tecnológicas e legais, a economia e a rotina de trabalho, são outros fatores constituintes a serem estudados pelo pesquisador de campo.

A vida de família, contudo, se centra em torno da lareira doméstica, é fisicamente determinada pelo tipo de moradia, os

\* Grupo resultante da divisão de uma sociedade em dois, tendo como base o parentesco, a religião ou a residência. (N. do T.)

utensílios domésticos, móveis, e também os objetos sagrados de qualquer culto religioso ou mágico executado pelos moradores da casa, como um grupo. Temos aqui, por conseguinte, elementos como estatutos, pessoal, normas de cooperação e conduta e meio material. Reunidos estes elementos, temos ainda de obter uma definição total concreta da vida dentro de uma moradia, com sua variação sazonal, sua rotina de dia e noite, e também a plena consideração dos desvios reais das normas.

Numa comunidade em que existem, além da família no sentido mais estreito, um ou mais tipos de grupo de parentesco extenso, a análise no campo e em teoria ao longo das mesmas linhas mostraria que tal grupo tem também seu estatuto no direito consuetudinário de um grupo doméstico extenso. Tem suas regras de toma-lá-dá-cá entre os membros componentes, tem um pessoal ampliado, e o substrato material de um anexo, residência espacialmente contígua, cêrca conjunta, lareira comum simbólica, moradia principal ou dependências, e também certos objetos usados em comum, em oposição aos pertences às famílias componentes.

O estatuto de um clã é determinado na mitologia de um ancestral comum, na ênfase unilateral sôbre uma filiação de parentesco extenso.

Em tôdas as partes do mundo encontraremos também agrupamentos municipais. Quer lidemos com uma horda nômade, ou um grupo local de aborígenes australianos, gente de Andaman, californianos ou homens da Terra do Fogo, verificaremos que as pessoas que vivem contiguamente têm pretensões exclusivistas a uma porção definida de território, e executam conjuntamente uma série de atividades nas quais a cooperação direta, de homem para homem, é indispensável e tende a tornar-se organizada. Por mais rudimentar que seja tal organização, ela implica uma declaração da reivindicação do grupo a suas terras. A isso muito freqüentemente se associam reivindicações mitológicas e religiosas bem como as rigorosamente legais. No estatuto, por conseguinte, entra a definição dos direitos individuais à cidadania municipal, à reivindicação de um grupo como um todo a suas terras e todo um conjunto de tradições históricas, lendárias e mitológicas que amalgamam

o grupo numa unidade crescida de seu solo. Numa forma ligeiramente burlesca, tal estatuto foi refabricado na doutrina de *Blut und Boden* do moderno nazismo.

O grupo local tem também seu pessoal, com uma autoridade central mais ou menos desenvolvida, com diferenças ou reivindicações parciais de posse individual da terra, e de divisões na função comunal, ou seja, serviços prestados e privilégios reivindicados. Tôdas as regras detalhadas de posse de terra, as normas costumeiras de empreendimento comunal, a definição de movimentos sazonais, especialmente no tocante a reuniões ocasionais da municipalidade como um todo, consistem as regras que definem o aspecto normativo desta instituição. O território, os edifícios, as utilidades públicas, tais como caminhos, fonte, cursos de água, constituem o substrato material deste grupo. O princípio territorial podia servir como uma base para unidades ainda mais amplas, ou provinciais, nas quais várias municipalidades são unidas. No caso, também, eu sugeriria ao pesquisador de campo que investigasse a existência de um estatuto tradicional, ou seja, a *raison d'être* e antecedentes históricos de um tal agrupamento. Teria de descrever o seu pessoal, a lei costumeira que governa as atividades de um tal grupo provincial ou regional, e a maneira por que êles controlam seu território e riqueza e os implementos de sua cooperação, quer êstes sejam armas, objetos de culto ou símbolos.

A tribo é, obviamente, a unidade a que chegamos ao estender nosso progresso territorial para modos de organização e atividades cooperativas sempre mais dilatados. No caso, todavia, acredito que este conceito tem sido usado com uma ambigüidade e confusão de princípio de certo modo prejudicial a uma terminologia etnográfica. Sugiro que deve ser feita uma distinção entre a tribo, no sentido cultural da palavra, e a tribo como uma unidade politicamente organizada. A tribo como o mais amplo portador de uma cultura unificada consiste de um grupo de pessoas que têm a mesma tradição, mesmo direito consuetudinário e as mesmas técnicas, e igualmente mesma organização de grupos menores, tais como a família, a municipalidade, a corporação ocupacional ou a equipe econômica. O índice mais característico de unidade tribal parece-me a comunhão de linguagem, pois uma tradição comum de habi-

lidades e conhecimento, de costumes e crenças, apenas pode ser levada avante conjuntamente por pessoas que usam a mesma língua. As atividades cooperativas, no sentido lato da palavra, são novamente possíveis somente entre pessoas que se podem comunicar umas com as outras por meio da linguagem.

Uma tribo-nação, como proponho designar esta instituição, necessariamente não é organizada politicamente. A organização política implica sempre uma autoridade central com poder para administrar seus súditos, isto é, para coordenar as atividades dos grupos componentes; e, quando dizemos poder, pressupomos o uso da força, tanto física como espiritual. Penso que a tribo, no segundo sentido da palavra, o mais amplo agrupamento político ou a tribo-Estado, não é idêntica à tribo-nação. Concordo plenamente com os resultados da análise do Professor Lowie, no seu livro sobre a origem do Estado, em que os agrupamentos políticos estão ausentes entre as culturas mais primitivas conhecidas pela observação etnográfica. Os agrupamentos culturais, contudo, estão presentes.

O estatuto de uma tribo-nação pode sempre ser encontrado nas tradições ligadas às origens de um determinado povo e que definem suas realizações culturais em termos de desempenho heróico ancestral. As lendas históricas, as tradições genealógicas e as explicações históricas utilizadas para justificar as diferenças entre sua própria cultura e a dos vizinhos entrariam nisso, também. O estatuto da tribo-Estado, por outro lado, é o da constituição não-escrita, mas nunca ausente, de autoridade, poder, hierarquia (*rank*) e chefia. O pessoal de um grupo cultural se ocupa de problemas de estratificação ou sua ausência, de hierarquia (*rank*) dos grupos de idade dentro da cultura e, obviamente, também, de sua subdivisão regional. Quando a subdivisão regional difere sensivelmente na cultura e na linguagem, podemos deparar com o dilema de tratar com várias tribos-nações ou com uma federação, no sentido cultural, de subdivisões culturais autônomas. Não há dificuldade em compreender o que é o pessoal de uma tribo-Estado. Isso encerra, evidentemente, as questões de uma autoridade central, chefia, conselho dos mais velhos, assim como métodos de polícia e força militar. No caso, também, a questão de economia tribal, tributação, tesouro e o financiamento de empreendimentos tribais entrariam em foco. No tocante

ao substrato material, de que a nacionalidade somente pode ser definida em termos do caráter diferencial desse substrato, na medida em que ele separa uma cultura de todas as outras. Na tribo-Estado, o território politicamente controlado, as armas de defesa e agressão, assim como a riqueza tribal acumulada e usada em comum para o controle político, militar e administrativo, também entrariam no quadro.

Segundo uma linha de investigação divorciada do princípio territorial, poderíamos incluir em nossa lista de instituições quaisquer agrupamentos organizados e cristalizados, por sexo e idade. No caso, obviamente, não incluiríamos instituições como a família, onde os sexos se complementam e cooperam, mas instituições como os chamados agrupamentos de sexo totêmicos, grupos de idade diferenciais e campos de iniciação organizados para mulheres e homens, respectivamente. Quando temos um sistema de grupos de idade referente apenas aos homens de uma comunidade podemos dizer que tanto o sexo como a idade entram como princípios diferenciais e são unilateralmente institucionalizados. Duvido que alguém encontrasse dificuldades em definir o estatuto ou normas e aparelhagem material abrangidos no caso. As associações masculinas, isto é, sociedades secretas, clubes, casas de solteiros e semelhantes podem ser incluídas no conceito de instituições sem dificuldade. Permitam-me lembrar que cada um desses agrupamentos tem também seu estatuto legal e mitológico, e que isso implica numa definição de seu pessoal e de suas normas de comportamento, e que cada um possui um corpo material, um lugar de reunião, alguma riqueza e alguma aparelhagem específica ritual e instrumental.

Um grande grupo de instituições pode ser incluído numa ampla classe, que poderíamos rotular de ocupacional ou profissional. Os vários aspectos da cultura, isto é, os vários tipos de atividades tais como educação, economia, administração da lei, desempenho mágico e adoração religiosa podem ou não ser consubstanciados em instituições específicas. O princípio evolucionário aqui não pode ser dispensado da teoria funcional. Pois não há dúvida que no curso do desenvolvimento humano as necessidades de organização econômica, educação, magia ou serviços legais têm sido cada vez mais satisfeitas por sistemas especializados de atividades. Cada grupo de especialistas se

torna, cada vez mais, organizado de maneira fechada em profissão. Não obstante, a questão de descobrir o tipo mais antigo de grupos ocupacionais é fascinante, não apenas para o estudioso interessado em amplos esquemas de evolução, mas também para o pesquisador de campo e o estudioso que faz comparações. Uns poucos antropólogos discordariam de que em magia e religião, ou em certas habilidades técnicas e tipos de empreendimento econômico, vemos grupos organizados trabalhando, cada um com o seu estatuto tradicional, isto é, a definição de como e por que estão qualificados para cooperar; cada um com alguma forma de liderança técnica ou mística na divisão de funções; cada um com suas normas de comportamento e cada um, naturalmente, manejando a aparelhagem específica necessária.

### O Conceito de Função

**A** CREDITO que o conceito pode e deve ser enquadrado em nossa análise institucional. A função da família é fornecer cidadãos à comunidade. Através do contrato de casamento a família produz prole legítima, que deve ser nutrida, receber rudimentos de educação e mais tarde equipada com bens materiais e com um *status* tribal adequado. A combinação da coabitação moralmente aprovada — não somente no que se relaciona ao sexo, mas também à companhia e paternidade — com a lei de descendência, ou seja, o estatuto da instituição, com suas plenas conseqüências sociais e culturais, nos dá aqui a definição integral dessa instituição.

Eu definiria a função da família extensa em termos de uma exploração mais efetiva dos recursos comunais, do fortalecimento de contróle legal dentro de uma unidade de comunidade estreita e bem disciplinada e em muitos casos de uma influência política aumentada, ou seja, maior segurança e eficiência, de unidades locais bem disciplinadas. A função clânica parece-me ser o estabelecimento de uma *rede adicional de relações* em corte transversal aos agrupamentos de vizinhança e fornecendo um novo princípio de proteção legal, reciprocidade econômica e exercício de atividades mágicas e religiosas. Em suma, o sistema de clã aumenta o número dos vínculos pessoais que unem toda uma tribo-nação e possibilita uma troca pessoal muito mais ampla de serviços, idéias e bens do que seria possível numa cultura organizada simplesmente na base de famílias extensas e grupos de vizinhança. A função da municipalidade eu a vejo na organização de serviços públicos e na exploração conjunta de recursos territoriais, na medida em

que isso tem de ser executado por cooperação, mas dentro do limite de acessibilidade cotidiana.

As divisões sexuais organizadas dentro da tribo, assim como os grupos de idade, favorecem os interesses diferenciais de grupos humanos, definidos fisicamente. Se tentarmos compreender as condições primitivas pelo que está acontecendo em nossa própria sociedade, vemos que ser um homem ou uma mulher, respectivamente, acarreta certas vantagens naturais e também certas desvantagens, e que uma comunidade em que os sexos combinam podia ser mais capaz de explorar as vantagens e compensar as deficiências entre os dois segmentos naturais. O mesmo é válido quanto à idade. As divisões por idade definem o papel, as potencialidades e o tipo de serviços melhor prestados em cada idade, e proporcionam recompensa em termos de posição e poder. Há pouco a se dizer a respeito da função de cada grupo profissional. Define-se em termos de serviço específico e recompensa adequada. No caso, novamente, o antropólogo que inclui a selvajaria contemporânea no seu interesse pelos povos primitivos pode ver as mesmas forças integradas operando na união de pessoas que prestam os mesmos serviços, partilham dos mesmos interesses e procuram a mesma recompensa costumeira, quer no espírito conservador dos primitivos ou com a disposição competitiva da nossa sociedade revolucionária atual.

Esse tipo de análise funcional está facilmente sujeito à acusação de tautologia e vulgaridade assim como à crítica de que representa um círculo lógico, pois, obviamente, se definimos função como a satisfação de uma necessidade, é fácil suspeitar que a necessidade a ser satisfeita foi apresentada a fim de atender à necessidade de satisfazer uma função. Assim, por exemplo, os clãs são um tipo adicional, pode-se dizer, super-rogatório, de diferenciação interna. Podemos falar de uma legítima necessidade de tal diferenciação, especialmente quando esta não está sempre presente, pois nem todas as comunidades têm clãs, e passam muito bem sem eles.

Gostaria em primeiro lugar de dizer que, no caso, não sou muito dogmático. Parece-me antes que o conceito de função neste sentido, ou seja, como uma contribuição para uma contextura social mais fechada, para uma distribuição de servi-

ços e bens mais ampla e penetrante bem como de idéias e crenças, podia ser útil como uma reorientação de pesquisa ao longo das linhas da vitalidade e utilidade culturais de certos fenômenos sociais. Acredito também que na evolução cultural poderíamos introduzir o conceito de luta pela manutenção, não de organismos individuais nem ainda de grupos humanos, mas antes de formas culturais. Isso também seria útil como um princípio de avaliação das possibilidades de difusão. Assim, sugiro o conceito de função com referência a certos grupos institucionais amplos, separados, fundamentalmente como um artifício heurístico.

ambiente, de sua produção especializada e uso, e da cooperação que pode ser necessária na manipulação do material.

Um novo tipo de necessidade, intimamente ligado a uma necessidade biológica e dependente dela, mas implicando obviamente novos tipos de determinismo, surge com o início de qualquer atividade cultural. O animal que passa da nutrição obtida diretamente do contato ambiente para o alimento colhido, conservado e preparado, morrerá de inanição, se em qualquer fase o processo cultural fôr interrompido. Novas necessidades de caráter econômico têm de ser registradas lado a lado com a necessidade puramente biológica de nutrição. Tão logo a satisfação dos impulsos sexuais se transforma em coabitação permanente, a criação de filhos resulta num lar permanente, novas condições são impostas, cada uma delas tão necessária à preservação do grupo como é qualquer fase do processo puramente biológico.

Fôssemos nós estudar qualquer comunidade, mais ou menos primitiva, ou mesmo completamente civilizada, verificaríamos que em toda parte existe um provisãoamento tribal determinado principalmente pelas necessidades de nutrição do metabolismo humano, mas por si mesmo criando novas necessidades tecnológicas, econômicas, legais e até mágicas, religiosas ou éticas. E novamente, uma vez que a reprodução na espécie humana não ocorre por simples acasalamento, porque está vinculada à necessidade de prolongada proteção da prole, sua educação e o primeiro adiestramento para cidadania, ela impõe todo um conjunto de determinantes adicionais, ou seja, necessidades, que são satisfeitas por uma cõrte regulada, por tabus de incesto e exogamia, por disposições preferenciais de casamento; e no tocante a paternidade e parentesco, por um sistema de grau de descendência, com tudo o que isso implica de relações cooperativas, legais e éticas. As condições mínimas de sobrevivência corporal, no que respeita às inclemências do tempo, são novamente satisfeitas por vestuário e habitação. A necessidade de segurança orienta disposições físicas dentro da casa, assim como dentro dos povoados humanos como um todo, e também a organização de grupos de vizinhança.

Se fôssemos enumerar em resumo os imperativos derivados impostos pela satisfação cultural de necessidades biológicas, veríamos que a constante renovação de aparelhagem é

### *A Teoria das Necessidades*

CONCEITO, contudo, recebe o seu apoio mais forte de outro tipo de consideração. Se pudermos chegar à estimativa do que são as várias necessidades, quais as fundamentais e quais as contingentes, como se relacionam e como surgem necessidades culturais contingentes, poderíamos chegar a uma definição mais completa e mais precisa de função e mostrar a importância real deste conceito. Gostaria de sugerir que devemos buscar nossa posição em dois axiomas: em primeiro lugar, que cada cultura deve satisfazer o sistema biológico de necessidades, tais como as ditadas por metabolismo, reprodução, as condições fisiológicas de temperatura, proteção da umidade, vento e o impacto direto de forças prejudiciais de clima e tempo, segurança contra animais ou seres humanos perigosos, repouso ocasional, o exercício do sistema muscular e nervoso em movimento e a regulação do crescimento. O segundo axioma na ciência da cultura é que cada realização cultural que implica o uso de artefatos e simbolismo é uma intensificação instrumental da anatomia humana e se relaciona direta ou indiretamente à satisfação de uma necessidade corporal. Se fôssemos começar com uma consideração evolucionária, poderíamos mostrar que tão logo a anatomia humana é suplementada por um bordão ou uma pedra, uma chama ou um agasalho para cobrir, o uso de tais artefatos, ferramentas e artigos não somente satisfaz uma necessidade corporal, mas também cria necessidades derivadas. O organismo animal que cria uma modificação de temperatura pelo uso de abrigo, permanente ou temporário, de fogo, para proteção ou para aquecer, de vestuário ou cobertas, torna-se dependente desses elementos do

uma necessidade para a qual o sistema econômico de uma tribo é uma resposta. E de novo, a cooperação humana implica normas de conduta sancionadas por autoridade, força física, ou contrato social. Aqui temos a resposta de vários sistemas de controle, primitivos ou adiantados. A renovação do pessoal humano em cada instituição componente e no grupo cultural como um todo implica não apenas a reprodução, mas também sistemas de educação. A organização de força e compulsão em apoio da autoridade e defesa é funcionalmente relacionada à organização política dentro de toda instituição e também, mais tarde, em agrupamentos específicos, os quais temos definido como unidades políticas, ou o protótipo do Estado político.

Além disso, penso que teremos de admitir que a partir do começo da cultura sua transmissão por meio de princípios gerais simbolicamente emoldurados era uma necessidade. O conhecimento, em parte encarnado em habilidades manuais, mas também formulado e centrado em certos princípios e definições referentes a processos tecnológicos materiais, tem também uma remota causalidade pragmática ou instrumental, um fator que não podia estar ausente mesmo nas manifestações culturais mais antigas. A magia e a religião podem ser, na minha opinião, interpretadas funcionalmente como os complementos indispensáveis aos sistemas de pensamento e tradição puramente racionais e empíricos. O uso de linguagem com reflexos sobre o passado, que é característico de todo pensamento sistemático, teria cedo chamado a atenção dos seres humanos para a incerteza de suas profecias puramente intelectuais. A transposição dos hiatos em conhecimento humano e a cercadura das grandes lacunas na apreciação do destino e da sorte levaram o homem à afirmação das forças sobrenaturais. A sobrevivência depois da morte é provavelmente uma das mais antigas hipóteses místicas, relacionada talvez a algum profundo anseio biológico do organismo, mas certamente contribuindo para a estabilidade de grupos sociais e para o sentido de que os esforços humanos não são tão limitados quanto mostra a experiência puramente racional. As idéias que afirmam, por um lado, que o homem pode controlar alguns elementos do acaso e que, por outro, subentendem que na própria natureza há uma resposta benevolente ou vingativa às

atividades humanas, contêm os germes dos conceitos mais altamente desenvolvidos como o da Providência, o de um sentido moral na criação, e o do objetivo da existência humana. A explicação funcional da arte, recreação e cerimônias públicas deveria referir-se a reações diretamente físicas do organismo ao ritmo, som, côr, linha e forma, e a suas combinações. Deveria também referir-se, nas artes decorativas, às habilidades manuais e à perfeição tecnológica e ligá-las ao misticismo religioso e mágico.

*Conclusões*

QUALQUER pessoa perceberá claramente que considero este ensaio como um simples esboço experimental. Ainda precisamos uma resposta mais completa e mais concreta à pergunta de se os fenômenos culturais podem ser estudados na medida em que se integram em unidades naturais de atividades organizadas. Penso que o conceito de instituição, com um conteúdo definido de sua estrutura, com uma lista completa de seus principais tipos, fornece a melhor resposta à pergunta.

A teoria de necessidades e sua derivação nos dá uma análise mais definitivamente funcional da relação entre determinismo biológico, fisiológico e cultural. Não tenho certeza de que minha resumida indicação do que é a função de cada tipo de instituição seja definitiva. Creio, porém, que pode correlacionar funcionalmente vários tipos de reações culturais, tais como as econômicas, legais, educacionais, científicas, mágicas e religiosas, ao sistema de necessidades — biológicas, derivadas e integrativas.

A teoria funcional, como apresentada aqui, pretende constituir-se em condição prévia indispensável para pesquisa-de-campo e para a análise comparativa de fenômenos em várias culturas. Ela é capaz de produzir uma análise concreta da cultura em instituições e seus aspectos. Se se imagina um pesquisador de campo equipado com tais mapas orientadores, verificar-se-á que eles lhe podem ser de ajuda para isolar, assim como para correlacionar, os fenômenos observados. Ela pretende antes de tudo equipar o pesquisador de campo com uma perspectiva clara e instruções completas no tocante ao que observar e como registrar as observações.

O funcionalismo, eu gostaria de declarar enfaticamente, não é hostil ao estudo de distribuição nem à reconstrução do passado em termos de evolução, história ou difusão. Ele apenas insiste em que se não definirmos os fenômenos culturais de acôrdo com a função e a forma, poderemos ser levados a esquemas evolucionários tão fantásticos como os de Morgan, Bachofen ou Engels, ou ao tratamento fragmentário de itens isolados, tais como os de Frazer, Briffault e até Westermarck. Além disso, se o estudioso de distribuições cartografa similaridades fictícias e irreais, seu trabalho terá sido perdido. O funcionalismo insiste definitivamente em que, como uma análise preliminar de cultura, tem sua validade fundamental e equípa o antropólogo com os únicos critérios válidos de identificação cultural.